

AS RAÍZES RELIGIOSAS DA ESCOLA COMUNITÁRIA NO SUL DO BRASIL

Oscar Miguel Lehmann¹
Joviles Vítório Trevisol²

RESUMO

Este trabalho apresenta parte dos resultados de uma dissertação de mestrado apresentada recentemente no Programa de Mestrado em Educação da UNOESC sobre as concepções e processamento da dimensão “comunitária” no ensino superior da Rede Sinodal de Educação. Pela ausência da educação pública até a década de 1930 no Brasil, as igrejas desenvolveram um modelo escolar comunitário para atender as necessidades educacionais dos imigrantes teutos no Sul do Brasil. Até a década de 1930, a população teuto-brasileira (católica e luterana) no Rio Grande do Sul havia criado mais de 1.100 escolas comunitárias, com, aproximadamente, 1200 professores. Fato semelhante ocorrera também em Santa Catarina. As escolas sistematicamente passaram a ser organizadas e apoiadas pelas instituições eclesiais, no caso dos evangélico-luteranos, com a criação da estrutura eclesial denominada “sínodo”. Os Luteranos organizaram suas comunidades fortemente marcadas pela herança educacional histórica dos cristãos, reforçada pelas idéias de Martim Lutero. Na década de 1930, com a incipiente implementação de um modelo de escolas públicas, as escolas comunitárias passaram a ser denominadas de “particulares” ou “privadas”, pelo fato de Igreja e Estado serem instituições separadas. Com a perseguição aos alemães a partir de 1938, a maior parte das escolas foi fechada. Parte delas reabriu após a Segunda Guerra. Experiência singular foi a iniciativa da Igreja Luterana em criar uma escola para a formação de professores para atender as suas escolas comunitárias, sem o reconhecimento inicial do Estado. Em resumo, a história da educação brasileira está profundamente marcada pela atuação educacional das igrejas, fato que hoje a marca como “privada”. A presença das escolas comunitárias, em grande parte, se deve à histórica ausência do ensino público. Mas não é só por isso que elas existem. Nos primórdios da imigração alemã no Sul, além de serem uma necessidade, as escolas comunitárias eram também fruto de uma filosofia educacional, cuja origem aponta para as comunidades cristãs primitivas, e para o movimento da Reforma de Lutero.

Palavras-chave: educação brasileira, pensamento comunitário, escola comunitária, imigração teuto-brasileira.

RESUMEN

Este trabajo presenta parte de los resultados de la disertación de maestría presentada recientemente en el Programa de Maestría en Educación de UNOESC en las concepciones y procesamiento de la dimensión comunitaria en la educación superior de la Rede Sinodal de Educación. Para la ausencia de la educación pública a la década de 1930 en Brasil, las iglesias desarrollaron a una modelo de escuela comunitaria para suplir las necesidades de educación de los inmigrantes alemanes el Sur de Brasil. Hasta la década de 1930, la población alemana-brasileña (Católicos y Luteranos) en Río Grande do Sul había creado más de 1.100 escuelas comunitarias, con, aproximadamente, 1200 profesores. El hecho similar también había pasado

¹ Mestre em educação pela UNOESC, Joaçaba, vinculado à Rede Sinodal de Educação e à UNIVATES, Lajeado, RS. F.: 51 3748 9724. E-mail: oscarmiguel@univates.br

² Pós-Doutorado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, professor em regime de tempo integral na Universidade do Oeste de Santa Catarina. É docente/pesquisador do Programa de Mestrado em Educação da UNOESC. E-mail: joviles.trevisol@unoesc.edu.br

en Santa Catarina. Las escuelas sistemáticamente empezaron a ser organizadas, apoyadas pelas instituciones eclesiales, en el caso de los evangélico-luteranos, con la creación de la estructura eclesial denominada "sínodo". Los Luteranos organizaron sus comunidades fuertemente marcado por la herencia de educación del Cristianismo, reforzada por las ideas de Martin Luther. En la década de 1930, con la aplicación incipiente de modelo de escuelas públicas, las escuelas de la comunidad pasaron a ser denominadas de "particulares" o "privadas", por el hecho de Iglesia y Estado son instituciones separadas. Con la prohibición del idioma alemán que empieza en 1938, la mayoría de las escuelas fueran cerradas. Parte de ellas vuelto a abrir después de la Segunda Guerra. La experiencia singular era la iniciativa de la Iglesia luterana creando una escuela para la formación de los profesores para atender sus escuelas comunitarias, sin el reconocimiento inicial del Estado. Para abreviar, la historia de la educación brasileña es profundamente marcada por la actuación educacional de las iglesias, hecho que hoy tiene la marca como "privada". La presencia de las escuelas comunitarias, es debido a la ausencia histórica de la enseñanza pública. Pero no está solo para eso que ellas existen. En los orígenes de la inmigración alemana en el Sur, además de ellas sea una necesidad, las escuelas comunitarias también eran fruta de una filosofía de educación cuyo origen apunta para las comunidades cristianas primitivas, y para el movimiento de la Reforma de Cúter. Palabras-clave: La educación brasileña, pensamiento comunitario, escuela comunitaria, inmigración teuto-brasileña.

1 Introdução

A presente pesquisa é parte da dissertação de mestrado sobre as concepções e processamento do conceito de “comunitário” no ensino superior da Rede Sinodal de Educação, em cujo primeiro capítulo, abordamos a dimensão histórica da relação entre religião cristã e educação. Pela ausência da educação pública até a década de 1930 no Brasil, as igrejas desenvolveram um modelo escolar comunitário para atender as necessidades educacionais dos imigrantes teutos no Sul do Brasil. Essa dinâmica histórica marca profundamente o desenvolvimento da educação de da sociedade ainda nos dias atuais. A necessidade educacional e a organização da comunidades escolares são fortemente marcadas pela religião, cujas marcas ainda permanecem. A presente pesquisa objetiva investigar, de forma breve, a história das escolas comunitárias entre os teuto-brasileiros no Sul do Brasil, procurando perceber como o conceito comunitário foi desenvolvido a partir da religião. A partir de pesquisa bibliográfica, a pesquisa foi desenvolvida em três partes. Na primeira, abordamos a relação histórica entre educação e religião, em especial, entre os teuto-brasileiros evangélico-luteranos, o que fez surgir uma rede de escolas comunitárias denominada Rede Sinodal de Educação. Na segunda, investigamos uma experiência de formação de professores própria para as escolas ligadas à igreja luterana. Na terceira parte, temos uma reflexão acerca do modelo comunitário contemporâneo, suas possibilidades e limitações.

2 A escola comunitária entre o imigrantes alemães

Com a chegada dos imigrantes alemães, em 1824, e a ausência de um sistema educacional público, surge uma escola a partir de suas iniciativas. O modelo escolar entre os imigrantes surge no contexto do pensamento comunitário eclesial.

Em todo período colonial e até a primeira república, o Brasil não manifestou qualquer interesse em oferecer escola pública e gratuita para seu povo. Desta forma, o que ocorria é que as comunidades, em grande parte as comunidades religiosas, criavam as escolas, com o objetivo de ensinar a ler e a escrever. A presença da Igreja no campo educacional sempre foi muito forte no Brasil. Até a metade do século XVIII os jesuítas tinham o controle integral da educação que se oferecia na Colônia.

No século XVII começa a crescer em Portugal uma oposição sistemática aos Jesuítas, liderada por Dom Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, ministro do rei Dom José I. Sob o argumento de que a *“Companhia de Jesus se transformara num Estado dentro do Estado português”* (grifo nosso), Pombal expulsou os jesuítas de Portugal e de suas colônias em 1759.

No Brasil, com a saída dos Jesuítas, colégios e seminários foram fechados e, inclusive, as diferentes formas de registro escolar ficaram desorganizadas. A escola jesuítica é elitista e voltada para a catequização. A educação oferecida às populações excluídas, sobretudo indígenas, visava a torná-las católicas. Pode-se afirmar que a educação Jesuíta tinha um caráter religioso-comunitário. Com a saída dos Jesuítas desmonta-se a incipiente estrutura educacional. A reforma pombalina da educação de 1770 substituiu o sistema jesuítico por um sistema laico, dirigido pelos vice-reis.

O resultado da decisão de Pombal foi que, no princípio do século XIX, a educação brasileira estava reduzida a praticamente nada. O sistema jesuítico foi desmantelado e nada que pudesse chegar próximo dele foi organizado para dar continuidade a um trabalho de educação. Esta situação somente sofreu uma mudança com a chegada da família real ao Brasil em 1808.³

Com a chegada dos imigrantes alemães, em 1824, e a ausência de um sistema educacional público, surge uma escola a partir de suas iniciativas. O modelo escolar entre os imigrantes surge no contexto do pensamento comunitário e é assim que devemos entendê-lo. Como as demais atividades sócio-culturais, também as escolas eram comunitárias,

³ PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996. Disponível em: <www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb03.htm>. Acesso em: 20 jul. 2006.

especialmente por causa da ausência de um sistema educacional público. Conforme Kreutz e Rambo (1994, p. 83), na década de 1930, a população teuto-brasileira (católica e luterana) no Rio Grande do Sul havia criado uma rede de 1.141 escolas comunitárias, com, aproximadamente, 1200 professores. Fato semelhante ocorrera também em Santa Catarina. A criação de um modelo escolar parece ter sido uma das prioridades. No final do século XIX e início do século XX, já estava criada uma razoável estrutura de apoio ao sistema escolar, como associações e meios de comunicação e didáticos, além de cursos de atualização para professores. Nesta direção, em 1898 é criada a Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul⁴ e em 1901, surge a Associação de Professores Teuto-Brasileiros Evangélicos do Rio Grande do Sul.⁵ Entre os anos 1900 e 1939, as duas associações criaram, cada uma, jornais informativos.⁶ Em 1917, Rotermund edita uma revista informativa sobre livros didáticos, O Livro Escolar.⁷

Percebe-se que o espírito comunitário é parte integrante da própria história da colonização, organização e educação teuto-brasileira no Rio Grande do Sul. O modelo educacional fora fortemente marcado e estava intimamente ligado à religião cristã. As comunidades religiosas tinham como norma o empenho pela manutenção do sistema escolar. Todos contribuía(m) financeiramente para a administração das escolas e para manter os professores, que, em muitos casos, eram também os pastores ou padres locais. Além disso, as igrejas exigiam que as crianças freqüentassem a escola. Os infratores recebiam punição. A obrigatoriedade da escola até a quarta série e, posteriormente, até a quinta série, era condição para a participação na comunidade eclesial. Os jovens católicos não podiam participar do rito da “Primeira Eucaristia” e os evangélicos da “Confirmação” (ritos de iniciação e passagem), enquanto não cumprissem suas obrigações com a escola (KREUTZ & RAMBO, 1994, p. 83).

Uma das características das escolas comunitárias era o uso da língua alemã. No início, as aulas (assim também as celebrações religiosas entre os luteranos) eram ministradas em língua alemã. Essa prática torna-se problemática durante a 2ª Guerra Mundial, quando ocorre a proibição dessa língua, por razões políticas. O governo suspeitava que, entre os teutos, poderia haver simpatizantes das idéias nazistas, o que de fato houve (DREHER, 1984a, p. 144).

No caso dos evangélico-luteranos, a proibição da língua alemã trouxe novos desafios para a igreja e, em especial, para suas escolas comunitárias. A impossibilidade de trazer pastores da Alemanha fez com que a organização local da igreja providenciasse

⁴ Katholischer Lehrerverein.

⁵ Evangelischer Lehrerverein.

⁶ Lehrerzeitung.

formação teológica para seus pastores. Assim, foi criada a Faculdade de Teologia em São Leopoldo, em 1948. A proibição da língua alemã, além disso, fez com que todas as escolas tivessem de ser reestruturadas.

A Primeira República no Brasil, a exemplo do período imperial, não tinha a educação como prioridade. Havia pouquíssimas escolas públicas, especialmente na área rural. Conforme Streck (1997, p. 186), na Constituição de 1891 foi criado um modelo de ensino no qual o governo federal administrava o ensino secundário superior e os governos estaduais o ensino primário. Mas, esse sistema, por ser elitista, era insuficiente para atender às necessidades da população, o que nem era sua intenção.

Para as escolas comunitárias evangélicas, o ano de 1886 foi de fundamental importância. Ele marca o início da estruturação eclesial, quando as comunidades reúnem-se numa estrutura regional denominada “Sínodo Riograndense”, por iniciativa do pastor Wilhelm Rotermund. Essa instituição dava o primeiro passo para a superação da situação de isolamento em que se encontravam as comunidades, conseqüentemente também as escolas; dava também um novo sentido eclesial aos que professavam a fé evangélica luterana. O Sínodo, cuja etimologia vem da língua grega⁸ e significa “caminhar com” ou “caminhar juntos”, representava os primórdios da estrutura eclesial evangélico-luterana no Rio Grande do Sul e que dava o sentido da unidade confessional. Posteriormente, surgiram outras estruturas semelhantes em outros estados do Brasil (Santa Catarina, Espírito Santo, Rio de Janeiro) que, unindo-se, formaram o que hoje é conhecida como Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB.

Voltando à questão da criação do Sínodo, ela foi decisiva na caminhada e na estruturação do sistema escolar. A criação dessa estrutura eclesial chamada “Sínodo” representou um avanço significativo para as escolas comunitárias vinculadas às comunidades eclesiais. O Sínodo Riograndense, com sede em São Leopoldo, apesar de sua precária estrutura inicial, assumiu o sistema educacional existente entre os evangélico-luteranos e deu novo impulso à educação (STRECK, 1997, p. 187). Três escolas comunitárias já existentes ficaram sob a responsabilidade direta do Sínodo: o Colégio Independência, a Fundação Evangélica Novo Hamburgo e o Colégio Sinodal de Santa Cruz (DREHER, 1984a, p. 98). A partir de 1914, a questão educacional é fortalecida como sistema de escolas comunitárias. A partir de então, por iniciativa das comunidades religiosas e a organização eclesial já existente, foram criadas escolas comunitárias em diversas localidades do Rio Grande do Sul e de Santa

⁷ Das Schulbuch (KREUTZ, Lúcio; RAMBO, A. 1994, p. 83).

⁸ Do grego “sin” = com e “hodós” = caminho, segundo Taylor (1983, p. 146).

Catarina. Para citar alguns exemplos, em 1922, ocorre a criação da Escola da Comunidade⁹ em Três de Maio (RS) com o nome de Escola Sinodal Buricá. Conforme Seno Leonhardt,¹⁰

Seguindo a Filosofia de Lutero, evangélicos luteranos não só se preocuparam com a religião, mas também com a educação de seus filhos. E foi então que, em 1922, numa das peças da casa do Pastor, foram ministradas as primeiras aulas, pelo próprio pastor Kreutler, dando origem a Gemeindeschule (= escola da comunidade). (LEONHARDT, Seno. IN: MUSSKOPF, 2004, P. 210).

Anteriormente, em 1886, surge em Joinville (SC), a Escola Alemã,¹¹ que veio mais tarde a ser mantida pela Associação Pró-Escolar Joinville¹² e que deu origem ao atual Instituto Superior e Centro Educacional Luterano – Bom Jesus/IELUSC.

Cinqüenta anos após a fundação do Sínodo, em 1936, foi fundado o “Colégio Teuto-Brasileiro” em São Leopoldo, hoje Colégio Sinodal. O principal objetivo desta escola era estabelecer uma ligação entre as escolas primárias do Sínodo e o nível superior (2º grau) (STRECK, 1997, p. 187). Segundo Hoppen (s.d. apud STRECK, 1997, p. 187), o argumento para a criação da escola, trazido para o concílio¹³ por um membro da comunidade de São Leopoldo, resumindo o desejo dos demais membros da comunidade, era o seguinte:

Visavam a criar um estabelecimento de ensino, a ser dirigido pela Igreja, para que jovens do interior do Rio Grande do Sul tivessem possibilidade de aperfeiçoar a sua formação em nível de segundo grau para serem, mais tarde, líderes em suas comunidades, tanto no campo econômico-social como também espiritual e cultural.

Até a década de 1930, as colônias alemãs haviam criado ao todo 1.141 escolas. Dessas, os alemães luteranos, tendo como referência o ano de 1934, haviam criado 513 escolas comunitárias evangélicas, escolas da colônia,¹⁴ no interior, com 589 professores e 17.177 alunos, na área que abrangia o Sínodo Riograndense. Essas escolas foram criadas e eram mantidas pelos próprios colonos imigrantes; eram primárias, destinadas à alfabetização e ao ensino dos cálculos matemáticos básicos. A criação de uma escola de nível secundário, na época se denominava 2º Grau, o caso do Colégio Teuto-Brasileiro, representava um passo significativo para a consolidação do modelo escolar organizado pelas comunidades. O sistema de escolas comunitárias, até então preocupado com a formação básica, amplia sua

⁹ Gemeindeschule.

¹⁰ Discurso de Seno Leonhardt, então diretor da SETREM, por ocasião de homenagem recebida na Câmara de Vereadores de Três de Maio (RS), por ocasião dos 80 anos de instituição (MUSSKOPF, 2004, p. 210).

¹¹ Deutsche Schule.

¹² Na época denominado, em língua alemã: Schulverein zu Joinville.

¹³ Assembléia dos representantes das comunidades na estrutura eclesial.

participação na educação com a criação deste “Colégio.” Esse avanço se dá num contexto de forte discussão em torno de um modelo educacional nacional, cujas idéias vinham sendo discutidas desde a década de 1920.

Diante da carência de um sistema público e nacional, a partir das décadas de 1920 e 1930, o cenário educacional brasileiro ganha novos atores. Adeptos da “Escola Nova”, a partir dos pensamentos de Anísio Teixeira, entre outros, postulavam uma escola única, pública, laica e aberta a todas as camadas sociais. Essa escola tinha características profissionalizantes. Em contrapartida, católicos conservadores, representados por Alceu Amoroso Lima, atacaram os escolanovistas dizendo que a “escola pública obrigatória, gratuita e laica, retirava a educação das mãos da família” e que fazia com que a educação tivesse um caráter “materialista e comunista”, num incentivo à educação “pró-soviética” (GHIRARDELLI, 1991 apud STRECK, 1997, p. 187).

Na década de 1930, as duas linhas de pensamento travam forte embate. Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, o embate entre público/privado e ensino laico/confessional ganha efetivo impulso. Considerando que “privado” era entendido no sentido de particular, não estatal. As escolas comunitárias eram consideradas “particulares” por não terem sido instituídas pelo Estado e “confessionais”, por terem sido organizadas a partir das igrejas. Entendidas dessa maneira, essas escolas não podiam ser consideradas “públicas”, pois pertenciam a grupos religiosos. Mas, foi a partir da década de 1920, com a realização da Semana da Arte Moderna e a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924, que se criaram as condições para um embate entre os defensores da educação pública e laica com os que defendiam uma educação ligada à igreja, entendida como educação privada ou particular.

Marco importante nessa discussão foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em defesa da escola pública. Segundo Dourado (2000, p. 285) “é possível afirmar que a estruturação de um ensino público no país vai se efetivar, de fato, após os anos 30.” A precária educação “privada” existente era assim conceituada pela ausência do Estado, mas não era um modelo “privado” com a conotação mercadológica, como hoje é compreendida, mas era, nos diversos aspectos, “comunitária.” Esse modelo escolar não se dá apenas pela ausência do Estado, mas também pela convicção filosófica e religiosa dos que a ela se dedicaram.

A presença da Igreja na educação era, na época, conveniente ao Estado. A Constituição de 1934 e a de 1937, especialmente esta última, tinha caráter “marcadamente

¹⁴ Denominadas Kolonieschulen (STRECK, 1997, p. 187).

privatizante [...] ao conferir ao Estado, em matéria educacional, uma função supletiva, restringindo a educação como dever do Estado” (DOURADO, 2000, p. 286).

Os evangélico-luteranos, minoria no país, não participaram desse embate, embora tenham sido atingidos posteriormente pelas políticas do Estado. Em 1937, o governo Vargas, que chegou ao poder através de um golpe de Estado, promulgou a nova Constituição, estabelecendo o sistema dualista de educação: uma educação secundária pública, para as elites, e um ensino profissionalizante, para a classe trabalhadora (STRECK, 1997, p. 188). A educação comunitária, a partir de então sob fiscalização do Estado, continuava permitida, desde que se adaptasse às leis, e definida como “ensino privado”, mantido sem verbas públicas.

A dinâmica do capitalismo industrial exigia uma educação profissionalizante. Além disso, entende o governo que havia necessidade de se criar um sistema educacional nacional e procura dar impulsos nessa direção a partir da legislação, embora não tenha recursos para fazê-lo de acordo com as necessidades do país. Ademais, as ações governamentais no tocante à educação são fortemente marcadas pela idéia nacionalista.

A nacionalização da educação atinge as escolas comunitárias dos imigrantes alemães de forma direta, causando enorme impacto. No tocante às escolas mantidas pelas comunidades no Rio Grande do Sul (também em outros estados como Santa Catarina e Paraná,¹⁵ por exemplo), a nacionalização representaria a “integração”, leia-se fiscalização, das escolas evangélicas ao sistema nacional, pelo menos na questão curricular. A legislação a partir de 1938 determinou que as disciplinas de Português, História do Brasil e Instrução Cívica deveriam ser ministradas somente por professores brasileiros e estes continuariam sendo mantidos financeiramente pelas comunidades. Além disso, todo o ensino deveria ser ministrado em língua portuguesa, conforme o Decreto Federal Nº 406 de 04 de maio de 1938, conhecido como “Lei da Nacionalização”.

A maior dificuldade para as escolas comunitárias foi a exigência para que seus diretores e professores fossem brasileiros. Grande parte deles eram pastores estrangeiros, provindos da Alemanha, agora, impedidos de exercerem suas funções. Também a língua alemã foi proibida para os alunos, inclusive no intervalo das aulas. Essas exigências não puderam ser atendidas de uma vez, o que teve como consequência o fechamento de muitas escolas.

¹⁵ Sobre a escola alemã em Curitiba, no Paraná, ver Renk (2005, p. 101-111).

Devido à nacionalização das mais de 500 escolas evangélico-luteranas existentes na época, sobraram pouco mais de uma centena (STRECK, 1997, p. 188). A política nacionalista agravou-se com a Segunda Guerra Mundial. Para exemplificar, em 1944 a Escola da Comunidade Evangélica em Três de Maio, no Estado do Rio Grande do Sul, ficou fechada até 1945. Também as escolas evangélicas em Santa Catarina sofreram o mesmo processo, como é o caso da “Escola Alemã” em Joinville, fechada em 1938, por Decreto do interventor do Estado, em função da eclosão da Segunda Guerra Mundial (LERMEN, 2005). Nos dois casos citados, as escolas foram reabertas e, recentemente, foram as pioneiras na implementação do ensino superior em suas localidades.

Com a implementação do sistema público e, ao mesmo tempo, a manutenção das escolas comunitárias, que a partir de então são legalmente consideradas *privadas*, estabeleceu-se oficialmente o sistema de ensino *público e privado* no Brasil (grifo nosso). No tocante às escolas comunitárias, o governo as mantinha sob controle, mas não as assumia financeiramente. A sua manutenção continuava sob a responsabilidade das comunidades envolvidas, na condição de mudarem os estatutos, suprimir todos os livros em língua alemã e que as crianças não mais falassem a língua alemã, nem fora do ambiente da sala (STRECK, 1997, p. 188). As dificuldades para a adaptação abrupta à nova realidade eram enormes. As escolas que não conseguissem adaptar-se às novas regras não tinham alternativas a não ser encerrar suas atividades, pelo menos temporariamente. Muitas delas foram entregues ao poder público.

Para que as escolas continuassem existindo, era necessária uma reestruturação. Como já havia uma estrutura eclesial, o Sínodo Riograndense, que criara um departamento com o objetivo de dar apoio às escolas evangélicas, a busca de um maior vínculo entre as escolas tornou-se mais fácil, além de ser uma necessidade para a sobrevivência das escolas devido às dificuldades que estavam enfrentando.

Da história das comunidades evangélico-luteranas e das dificuldades por que passaram durante a Segunda Guerra Mundial, origina-se a Rede Sinodal de Educação. Especialmente com a "nacionalização", que foi a política adotada pelo Governo Vargas, havia necessidade de uma organização mais abrangente, o estabelecimento de vínculos de cooperação mais consistentes entre as escolas para que estas pudessem fazer frente à nova realidade. Como na época ainda não havia uma estrutura nacional da Igreja Luterana, hoje conhecida como Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), a estrutura eclesial regional (os Sínodos) foi fundamental para a criação da Rede de cooperação entre as escolas.

3 A experiência na formação de professores na igreja evangélico-luterana

Para o atendimento da demanda por professores nas escolas comunitárias evangélico-luteranas, foi criada, em 1909, uma instituição específica em Taquari (RS), o Seminário de Formação de Professores, por decisão unânime dos membros do XXIº Concílio Geral do Sínodo Riograndense. O “Seminário” foi uma das alternativas encontradas para formar professores para as escolas comunitárias que atendiam as crianças da comunidade local. Na prática, as comunidades escolares se confundiam com as comunidades religiosas, dadas às características impostas pelo Império brasileiro no início da colonização alemã no Sul do Brasil.

Em 1910, o Seminário de Formação de Professores é transferido para Santa Cruz do Sul (RS), sob a denominação de “Selecta.” Em 1913, foi criado o “Seminário Evangélico Alemão de Professores”,¹⁶ que oferecia um curso com duração de três anos, destinado a alunos com mais de 14 anos. O exame final do curso previa uma aula prática realizada pelo candidato ao magistério, perante uma banca examinadora.

Em 1926, o Seminário é transferido para São Leopoldo, ampliando-se a duração do curso para quatro anos e, logo a seguir, para cinco anos de formação. O Seminário, também chamado de Escola Normal Livre, não era reconhecido pelo Estado. A quase totalidade das aulas do Seminário era ministrada em língua alemã, mas os professores formados deveriam ter condições de ministrar um ensino bilíngüe. Alguns professores do Seminário eram enviados e mantidos pelo governo alemão e os professores brasileiros ocupavam as cadeiras de Língua Portuguesa, História e Geografia do Brasil, conforme exigência legal. A partir de 1927 foram admitidas estudantes mulheres, na época um avanço significativo na tradição da escola teuto-brasileira.

O Seminário para Formação de Professores encerra suas atividades em 1938, com a chamada política de nacionalização do Estado Novo. Essa política não conseguiu implantar uma rede de escolas públicas e, muito menos, substituir os professores de fala alemã por professores de fala portuguesa na rede de escolas comunitárias. Ou seja, a nacionalização, na prática, apenas restringiu ainda mais o acesso à escola para as crianças das colônias alemãs. Em 1939, o seminário é transformado em Instituto de Ensino Comercial, abandonando a formação de professores.

A formação de professores para a rede de escolas comunitárias foi interrompida entre 1938 a 1948. Neste último ano, a igreja reabriu, nos prédios do extinto Seminário, em

São Leopoldo, um curso de formação de professores com uma turma mista de 12 alunos. Mesmo sem ser oficial, o curso seguia o currículo da escola normal regional que, conforme a legislação federal, consistia na formação do primeiro ciclo, do 6º ao 9º ano escolar. A estrutura curricular na formação do magistério representava um avanço para a época, pois o estado gaúcho ainda não havia implementado a legislação federal. O curso foi além do disposto na referida lei, ampliando o currículo e a carga horária nas disciplinas de cultura geral: Português, História e Geografia Geral, Ciências Físicas e Naturais em todas as séries. Adotou o Alemão como a primeira língua estrangeira e, posteriormente, o Inglês. A Educação Artística, sobretudo Música e Artes Cênicas, também foi introduzida no currículo.

Em 1954, acontece o reconhecimento do curso, por parte da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, sob a denominação de Escola Normal (Regional) Evangélica, retomando-se, então, a formação de professores vinculados à rede de escolas comunitárias de ensino fundamental.¹⁷

4 Considerações finais: o comunitário ontem e hoje

Como vimos, o pensamento comunitário dos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul vem da Europa, tem fortes raízes religiosas. As escolas comunitárias surgem da convicção, especialmente das igrejas, quanto à importância da educação e da necessidade imediata de oferecer educação a um contingente enorme de pessoas que estavam completamente à margem dos serviços educacionais (não) oferecidos pelo Estado. Essas razões têm caracterizado a evolução da escola comunitária e marcada sua atuação historicamente.

As convicções a respeito da necessidade de ensinar e educar os filhos, os imigrantes teutos trazem da herança histórica da igreja. Os luteranos têm em Martim Lutero, e sua atuação na Alemanha do século XVI, uma grande inspiração. A importância do ensino, no entanto, já vinha acompanhando a trajetória da igreja cristã antes da Reforma, embora no modelo do monastério.

Dessa convicção eclesial, surge a primeira característica da escola: a escola comunitária confessional. Era uma escola mantida pela comunidade eclesial. Conforme anteriormente abordamos, no caso dos luteranos, a escola muitas vezes era construída antes

¹⁶ Denominado na língua alemã: Deutsches Evangelisches Lehrerseminar.

¹⁷ REDE SINODAL DE EDUCAÇÃO, A. 2001. Disponível em <http://www.redesinodal.com.br/institucional/ide_deedes.htm> , Acessado em 10/02/2007.

mesmo do templo (local de adoração). Neste caso, a escola servia também de local para os cultos, uma vez que os evangélico-luteranos estavam, na época, na clandestinidade. Até a Proclamação da República, a única religião oficial do Império era a católica romana. Assim sendo, a escola evangélica servia, inclusive, para facilitar a prática da religião, uma vez que a reunião de pessoas, em si, não era proibida pela legislação brasileira. Ela só não podia acontecer em prédio identificado como templo religioso.

Essa característica fez com que houvesse uma intrínseca ligação entre comunidade religiosa e comunidade escolar, onde, muitas vezes, o professor e o pastor/padre eram a mesma pessoa. A comunidade eclesial, através da contribuição financeira de seus membros, mantinha a escola e tinha nela a sua atuação educacional. A escola, por sua vez, tinha na comunidade religiosa a sua âncora comunitária e cumpria a sua função educacional dentro da mesma. No decorrer da história, muitas das escolas confessionais luteranas acabaram tendo mais alunos de outras confissões religiosas que propriamente luteranos, como acontece hoje em dia.

O caráter comunitário, a partir das igrejas, desenvolveu-se quase como um “Estado” paralelo. Tanto é que a instituição eclesial evangélico-luterana criou um centro de formação de professores¹⁸ para as escolas comunitárias sem o reconhecimento inicial do Estado. A igreja “reconhecia” o seu próprio curso. Assim, também, ocorreu com a formação de pastores, cujo reconhecimento do curso de Teologia por parte do MEC, só ocorreu na década de 1990.

Com a política educacional, principalmente a partir de 1937, o Estado brasileiro colocou as escolas comunitárias sob fiscalização, proibindo a língua alemã. Muitas dessas escolas tiveram de ser fechadas em muitos Estados, em especial, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Algumas escolas foram reabertas mais tarde. Desde então, as escolas comunitárias foram permitidas e oficialmente consideradas “escolas privadas.” Ao que parece, o Estado marca presença por meio da fiscalização, mas continua ausente na manutenção, pois carecia de um sistema educacional público e não há indicativos que tivesse assumido financeiramente as escolas comunitárias, a não ser as que foram tornadas públicas.

Impossível ignorar que a presença das escolas comunitárias, em grande parte, se deve à ineficiência do ensino público, tanto em qualidade como em demanda. Mas não é só por isso que existem as escolas comunitárias. Elas, nos primórdios da imigração alemã no Rio Grande do Sul, além de serem uma necessidade, eram também fruto de uma filosofia

¹⁸ Conhecido em língua alemã como Lehrerseminar.

educacional, cuja origem aponta para as comunidades cristãs primitivas, e para o movimento da Reforma de Lutero. Os imigrantes alemães precisavam escolas para seus filhos e não estavam preocupados com uma eventual “privatização” da educação no sentido mercadológico, fazendo dela uma prestação de serviços. Essas escolas buscavam atender às necessidades de educação. Uma citação de Gisela Streck, ilustra bem essa característica:

Normalmente o que acontecia era isso mesmo: organizava-se a escola primeiro; a igreja vinha depois. Todos os imigrantes eram alfabetizados e não queriam ver seus filhos crescerem analfabetos. Assim, a construção e a instalação da escola era a primeira tarefa comunitária.¹⁹

Como o Estado era omissivo na oferta de ensino público, as próprias comunidades organizaram uma forma de alfabetizar os filhos. A comunidade eclesial (e posteriormente a estrutura eclesial), de um certo modo, fazia o papel de “Estado.” Tanto é que a própria estrutura eclesial, como vimos, criou uma instituição, sem o reconhecimento do Estado, apenas com reconhecimento interno, para formar seus próprios professores. A partir da década de 1930, as escolas comunitárias, por não pertencerem ao Estado, foram legalmente consideradas “escolas privadas” ou “particulares.”

Na história brasileira e mundial recente, com o avanço do capitalismo globalizado e implementação das políticas neoliberais, quando se começou a conceber a educação como prestação de serviços, as escolas comunitárias, de alguma forma, foram confrontadas com a lógica do mercado, ou seja, na forma de pensar a educação dentro de um modelo capitalista neoliberal de produção e consumo. O fato ocorreu de forma marcante no final da década de 1980 e fortemente no início dos anos 1990. Atualmente, o “privatismo” está presente de uma forma muito visível. O crescimento no número de instituições de ensino privado, especialmente em nível superior, demonstra esse fato. Mas nem todas as instituições de ensino privado são essencialmente adeptas da “economia de mercado.” Segundo Dirce Fonseca, baseando-se em Sofia Vieira, as escolas comunitárias representam, na conceituação, a categoria intermediária entre o público e o privado.

Esse novo conceito teve como função absorver a diferença entre o público e o privado, de tal forma que se pudesse dispensar um tratamento diferenciado

¹⁹ Prof. Friedhold Altmann (Apud STRECK, 1997, p. 20).

no que respeita à destinação de verbas àquelas organizações que se configurassem como entidades públicas não-estatais (FONSECA, 1992, p. 24).

Na atualidade, as escolas comunitárias integram parte do conjunto de escolas privadas no Brasil. É um modelo que faz parte da rede de escolas privadas. Contudo, possui diferenças significativas em relação à escola particular, mercantil. O seu modelo administrativo nos faz refletir sobre a educação no Brasil, cujas crises são históricas. Não houvesse o empenho das comunidades eclesiais, onde os filhos dos imigrantes alemães aprenderiam ler, escrever e fazer cálculos? Para os imigrantes luteranos, era mais fácil empenhar-se por uma educação própria para seus filhos do que reivindicar uma educação pública, tendo em vista o limitado poder de barganha que tinham. A pequena força política dos teuto-brasileiros devia-se a algumas razões fundamentais: a) não tinham cidadania brasileira, b) a sua religião não era oficial, c) eram considerados cidadãos de 2ª categoria por realizarem trabalho braçal (KREUTZ & RAMBO, 1994).

Além disso, a formação de seus líderes, professores e pastores, inicialmente eram suficientes para dar a instrução necessária aos filhos. Aliado a esse fato, há toda a ênfase historicamente dada à educação pela igreja, especialmente por Lutero. É difícil afirmar se as escolas comunitárias deixariam de existir se houvesse um sistema de ensino público eficiente. O fato é que as iniciativas “não-estatais”, bem ou mal, trouxeram contribuição decisiva para a educação brasileira. Não fossem essas iniciativas, ditas comunitárias, uma parcela significativa de homens e mulheres teriam ficado ainda mais excluídos da educação. Ainda que limitada, a escola comunitária respondia afirmativamente a uma necessidade educacional.

Por isso, a história da educação brasileira não pode ser contada sem a participação das escolas comunitárias. Nesse sentido, elas são parte de uma necessidade, mas também de uma concepção sobre educação e sobre a organização sócio-econômica do país.

As escolas comunitárias, constituídas pelos imigrantes teutos no Rio Grande do Sul, possuem experiências significativas, que merecem atenção. Há indicativos de que essas iniciativas diferenciam-se de uma visão mercantilista de educação. Igualmente também há diferença em relação à escola pública. Quem defende a escola pública, como único modelo, pode argumentar que a escola comunitária contribui para a privatização do ensino, pois somente a escola pública pode oferecer educação onde todos têm acesso. Entendemos que as escolas comunitárias, cuja origem está na imigração teuta no Rio Grande do Sul, não podem ser consideradas de um todo como escolas “de mercado”, mas também não se pode negar que, na atualidade, fazem parte dele e são regidos também por sua lógica. Apesar disso, não

podemos ignorar toda experiência dessas escolas, no sentido de envolver a comunidade em torno de uma causa; experiência essa que pode ser importante, na busca de um modelo educacional participativo e democrático.

A educação comunitária no Rio Grande do Sul, desde sua origem cumpriria importante papel na oferta de ensino a milhares de pessoas, grande parte delas social e economicamente excluídas. Isso é fundamental na construção de uma sociedade economicamente mais justa e socialmente mais solidária. Essa última era a motivação das comunidades eclesiais e a colocaram em prática em suas escolas. A escola comunitária nos remete à discussão de um modelo de gestão participativa e democrática na educação, colocando-se como opção, mas nunca esquecendo de gerenciar um sistema público eficiente.

A educação básica no Brasil surgiu como uma educação religiosa e, sob este aspecto, com dimensões comunitárias. Em termos legais, surgiu como “privada” ou “particular.” A partir da Proclamação da República, o Estado é concebido como republicano laico, sem uma identificação religiosa. Assim sendo, a igreja é concebida, a partir de então, como entidade civil, separada do Estado. Por isso (pelo menos é uma das razões), a educação por ela fomentada fora atribuída ao campo “privado” e não “público”, por não pertencer ao Estado.

Na década de 1990, a escola comunitária se vê confrontada com as políticas neoliberais e a conseqüente privatização da educação. O que é ser comunitário neste contexto? É também na década de 1990 que o pensamento comunitário avança para o ensino superior, ocupando significativo espaço. As instituições comunitárias, já a partir da década de 1980, articulam seus interesses no sentido de garantir legalmente sua participação no cenário educacional brasileiro. Por outro lado, o enfoque privatizante e mercadológico confronta as instituições comunitárias com a realidade do mercado.

REFERÊNCIAS

AHLERT, Alvori. Educação privada e educação comunitária: contribuições para um debate polêmico e necessário. In: **SIMPÓSIO...** Educação privada e educação comunitária: contribuições para um debate polêmico e necessário. São Paulo, 2004: São Paulo: Aste, n. 46, 2004, p. 58-76.

ALTMANN, Walter. **Lutero e Libertação**. São Leopoldo: Sinodal, São Paulo: Ática, 1994.

DOURADO, Luiz Fernandes. O público e o privado na agenda educacional brasileira. In: FERREIRA, Naura S. C; AGUIAR, Márcia A. da S. (Orgs.). **Gestão da Educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000, p. 281-294.

DREHER, Martin N. **Igreja e Germanidade**. São Leopoldo: Sinodal; Caxias do Sul, RS: Ed. UCS, 1984a.

FONSECA, Dirce Mendes da. **O Pensamento Privatista em Educação**. Campinas: Papirus, 1992.

KEIM, Ernesto Jacob. Lutero e a educação, um desafio às escolas confessionais. **Novo Olhar**. São Leopoldo: Sinodal, n. 4, 2004, p. 6-7.

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, ANPED, p. 159-176. 2000.

KREUTZ, Lúcio; RAMBO, Arthur B. Germanismo pedagógico no Rio Grande do Sul: perspectivas de pesquisa. **Estudos Leopoldenses**, v. 30, n. 137. São Leopoldo: UNISINOS, 1994, p. 79-92.

LERMEN, Tito Lívio. **Síntese histórica do Instituto Superior e Centro Educacional Luterano – Bom Jesus/IELUSC**. 2005. Disponível em: <www.ielusc.br>. Acesso em: 27 jun. 2005.

LUTERO, Martim. Uma prédica para que se mandem os filhos à escola. **Comissão Interluterana de Literatura**. Obras Seleccionadas, v. 5. São Leopoldo: CIL/Sinodal, Porto Alegre: Concórdia, 1995, p. 326-363.

MUSSKOPF, Egon Hilário. **Sinal Verde para Crescer**: Um livro de história e histórias da Sociedade Educacional Três de Maio – SETREM: 1922-2002. Novo Hamburgo: ECHO, 2004.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996. Disponível em: <www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb03.htm>. Acesso em: 20 jul. 2006.

REDE SINODAL DE EDUCAÇÃO, A. 2001. Disponível em <http://www.redesinodal.com.br/institucional/ide_deedes.htm> , Acessado em 10/02/2007.

RENK, Valquiria Elita. Educação de Imigrantes Alemães em Curitiba. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 5, n. 14, p. 101-111, jan./abr. 2005.

STRECK, Danilo R. Igreja e escola: Reflexão sobre as bases teológicas do envolvimento da igreja na educação formal. **Estudos Teológicos**. São Leopoldo: EST, ano 32, n. 1, p. 54-67, 1992.

_____. **Educação e Igrejas no Brasil**. São Leopoldo: CELADEC/IEPG; São Bernardo do Campo: Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, 1995.

STRECK, Gisela I. W. Escolas Comunitárias: Sua História, Suas Crises, Suas Chances e Tarefas. **Estudos Teológicos**. São Leopoldo: EST, v. 37, n. 2, 1997.

TAYLOR, William Carey. **Dicionário do Novo Testamento Grego**. 7. ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1983.